



# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2025

Aprovado por unanimidade na Assembleia Geral realizada em Anadia  
no dia 3 de dezembro de 2024

# ÍNDICE

1 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO .....	3
2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO .....	7
3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2025 .....	8
4 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS .....	10
Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais.....	10
Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento .....	12
Eixo III – Consolidação do projeto pedagógico.....	14
Eixo IV – Políticas nacionais e objetivos comunitários .....	15
Eixo V – Dinâmica associativa .....	17
Eixo VI - Projetos e parcerias transnacionais.....	21
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7- ORÇAMENTO PARA 2025.....	24
PRESSUPOSTOS .....	24
RENDIMENTOS .....	24
GASTOS .....	25
CONCLUSÃO .....	26
8 - MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2025 .....	27

## **1 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO**

A apresentação e aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) visa dar cumprimento ao disposto na alínea d) do artigo 16º e na alínea e) do n.º 1 do Art.º 21 dos Estatutos da ANESPO e tem como objetivo dotar a nossa associação do instrumento de gestão que permita orientar a sua ação e dos órgãos sociais, no decurso do ano de 2025.

Este será o primeiro plano de atividades a ser apresentado pela Direção eleita em março de 2024, correspondendo ao final de um ciclo de 19 anos consecutivos de José Luis Presa como Presidente da Direção, a quem uma vez mais saudamos pela entrega e dedicação ao nosso movimento associativo desde os seus alvares.

O Plano de Atividades e Orçamento reflete os compromissos assumidos no programa apresentado pela lista candidata para o triénio 2024/2027, ajustado às necessidades e dinâmicas mais recentes na sociedade portuguesa em geral e, em particular, na educação e formação.

Enquanto instrumento de planeamento de curto prazo, o PAO para 2025 deve ter em conta o quadro normativo e os princípios gerais que norteiam a nossa atividade, de que destacamos, desde logo:

- 1) O contexto em que se insere a atividade da ANESPO e das escolas profissionais e, conseqüentemente, as orientações de política nos domínios da educação, do emprego e das qualificações, de jovens e adultos;
- 2) O enquadramento legal que baliza a atividade das escolas profissionais e o ensino profissional enquanto parte do sistema educativo, em particular o Decreto-Lei 92/2014, a matriz estatutária que enforma atualmente a atividade desenvolvida pelas escolas profissionais, bem como os diplomas que definem a matriz curricular, o Decreto-Lei 55/2018, consolidado na Portaria 235-A/2018 e pelo DL 54/2018, sobre a educação inclusiva, edifício normativo que exige das escolas profissionais capacidade de resiliência e de ajustamento dinâmico do modelo pedagógico;
- 3) O modelo de financiamento dos cursos profissionais desenvolvidos pelas entidades privadas, dependente na maior parte dos casos dos apoios do Fundo Social Europeu (FSE), através de programas plurianuais, desde o Quadro Comunitário de Apoio I (1989/1993) até ao atual Portugal 2030 (2021/2027);

- 4) Mais recentemente, a publicação intempestiva da Portaria 281-B/2023, em 13 de setembro, no momento de arranque do ano letivo 2023/2024, plasmada numa outra que se aplicava apenas à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e ao Algarve, casos em que o financiamento é exclusivamente nacional, foi a prova provada da inexistência de legislação nacional consistente sobre o funcionamento dos cursos profissionais nas entidades privadas;
- 5) Este diploma feito à pressa, ia ao encontro de uma exigência da Comissão Europeia de haver legislação nacional sobre os cursos profissionais promovidos por entidades privadas, trouxe um conjunto de alterações, positivas e negativas, mais estas que aquelas, o que levou a ANESPO a apresentar uma proposta de revisão já entregue ao atual governo;
- 6) As medidas de flexibilidade e inovação curricular, bem como a perspetiva de reforço da organização da formação com base em resultados de aprendizagem e a focalização na educação para a cidadania e nas aprendizagens essenciais, dimensões que deverão ser reforçadas com a entrada em força, da nova organização do Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ);
- 7) O alinhamento das escolas profissionais com os mecanismos de garantia da qualidade, nomeadamente do quadro europeu (EQAVET) e a necessidade de manter o processo ativo e em renovação constante.

Para além deste enquadramento geral e normativo, não podemos deixar de evidenciar dimensões de ordem conjuntural, de que destacamos:

- a) O quadro regulamentar, comunitário e nacional, das operações com cofinanciamento através do FSE, uma vez que, em cinco das atuais sete regiões NUTS II, é o FSE que continua a alavancar diferentes tipologias de educação e formação, nomeadamente os cursos profissionais, os Cursos de Educação e Formação (CEF) e outras ofertas para jovens e adultos, atualmente sob o chapéu do Portugal 2030;
- b) Os efeitos colaterais do atraso substantivo no processo de implementação do Portugal 2030, em particular das medidas com apoio do FSE, com a situação inaudita de a submissão de reembolsos relativos aos cursos profissionais e aos CEF do ano letivo 2023/2024 só ser possível já no final de 2024, meses depois de concluídas as operações;

- c) O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), enquanto instrumento vocacionado para a resposta imediata aos impactos do Covid-19, tendo o final de 2025 como atual horizonte para execução das medidas, nomeadamente no que respeita à modernização das estruturas de educação e a formação profissional, em particular da instalação de centros tecnológicos especializados (CTE), destinados às entidades promotoras de cursos profissionais.

Para além das dimensões acima referidas, devem ser ainda consideradas outras variáveis ligadas à política nacional e internacional, com incidência nas políticas educativas, designadamente:

- a) **A nível nacional**, a existência de um governo minoritário, apenas apoiado pelos partidos da Aliança Democrática (AD), na sequência das eleições de 10 de março de 2024 que, contudo, tem mantido um conjunto de equilíbrios que permitem viabilizar o orçamento de estado para 2025 e, em princípio, garantir alguma estabilidade, considerando que não pode haver dissolução da Assembleia da República (AR), nos seis meses que antecedem as eleições presidenciais que deverão ter lugar na transição de 2025/2026;
- b) **Ao nível da União Europeia (UE)**, as eleições para o Parlamento Europeu (PE), realizadas no final do primeiro semestre de 2024, confirmam o crescimento em vários países de forças políticas nacionalistas e populistas que colocam em questão fundamentos e pilares comunitários, aspeto que poderá ser relevante já em 2025 quando se começam a debater as perspetivas financeiras para 2028/2034 e, conseqüentemente, os fundamentos da política de coesão, relevante nas últimas quatro décadas;
- c) **A nível mais global**, não podemos perder de vista a escalada de vários conflitos, com destaque para a guerra na Ucrânia e a tensão crescente no Médio Oriente, que podem colocar a humanidade à beira de um conflito mais global, com graves conseqüências em termos de vidas humanas e agravamento das condições económicas, sociais, educacionais e humanitárias.

Em síntese, estamos em presença de uma incerta estabilidade no plano da política nacional, de significativas divergências sobre os caminhos de futuro da construção europeia e de uma considerável angústia no que se refere à evolução da situação

internacional, com a novidade da eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América, que se apresentou ao eleitorado com um conjunto de ideias disruptivas, o que é particularmente relevante no plano global, considerando que estamos em presença da considerada maior potência do mundo.

Dentro deste enquadramento, o Plano de Atividades para 2025 deve ter em conta estas premissas e um largo conjunto de variáveis e lições da experiência aprendidas ao longo de 35 anos de exigência e permanentes desafios.

Com efeito, foi no início do ano letivo 1989/1990 que abriram as primeiras 50 escolas profissionais, que começaram a funcionar as primeiras turmas de cursos profissionais, uma pedrada no charco no marasmo em que se tinha tornado a oferta educativa, com elevados níveis de abandono precoce e número reduzido de anos de duração da escolaridade obrigatória, mesmo assim não cumprida por muitos jovens que deveriam encontrar na escola uma alavanca para o futuro.

As escolas profissionais e os cursos profissionais são tributários da inclusão de Portugal no espaço da União, da política de coesão económica e social, ao longo de sucessivos períodos de programação, com o funcionamento a ser suportado em grande parte pelo FSE e a capacitação física, operacional e pedagógica, através de apoios do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Mais recentemente, na sequência da crise pandémica, o mecanismo europeu de recuperação e resiliência, traduzido no PRR, permite a um conjunto significativo de escolas profissionais (infelizmente não todas) dotarem-se de CTE e na possibilidade de modernização das instalações e especialmente dos equipamentos e do reforço dos respetivos projetos pedagógicos. Trata-se de uma medida que terá um impulso decisivo em 2025, que irá mobilizar muito do esforço da ANESPO e das escolas profissionais com candidaturas aprovadas.

Do ponto de vista associativo, 2025 é um ano de grande exigência que irá por à prova a capacidade de a ANESPO e as escolas profissionais se mobilizarem para os grandes desafios que desde já se colocam:

- Desde logo, o restabelecimento do circuito regular dos fluxos de financiamento nos territórios FSE, bem como criar as bases para um novo modelo que assegure mais estabilidade e previsibilidade, como acontece hoje na AML e no Algarve;

- Gerar uma dinâmica associativa e colaborativa que permita às associadas levarem a bom porto a concretização dos CTE, considerando o calendário apertado e a carga administrativa e processual;
- Trabalhar de forma assertiva, em colaboração com a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), na transição para as novas abordagens do CNQ e na mudança de paradigma assente em resultados de aprendizagem;
- Celebrar de forma condigna os 35 anos do ensino profissional, valorizando o inestimável legado e projetando um futuro assente nas bases que nos trouxeram até aqui, mas considerando o progresso tecnológico e os novos rumos da economia e da sociedade e das formas de ensinar/aprender.

Atendendo à sua relevância nos últimos anos da nossa vida associativa, as Jornadas Pedagógicas 2025 serão uma realidade, em julho, constituindo uma vez mais um espaço de partilha e troca de experiências e uma oportunidade para se refletir sobre o caminho percorrido e, sobretudo, perspetivar vias para o aprofundamento da marca de água do nosso modo de estar no ensino e na qualificação de jovens.

## **2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**

O diagnóstico estratégico deve apontar caminhos que vão para além do regular exercício anual, incorporando uma visão de médio e longo prazos na qual se terão que integrar as atividades previstas para 2025.

Assumem expressão relevante, as dinâmicas da evolução demográfica experimentadas nos últimos anos, nomeadamente a estagnação ou diminuição progressiva e consistente de nascimentos com reflexo significativo no número de alunos em idade de aceder ao ensino secundário, o que, em parte, está agora a ser compensado por alunos estrangeiros, integrados em processo de agrupamento familiar, por os pais virem trabalhar para Portugal, ou de jovens oriundos dos países de língua oficial portuguesa, com base no estabelecimento de protocolos entre escolas e entidades dos diferentes países.

Na hora atual, o país atingiu um pico de residentes estrangeiros, cerca de um milhão, correspondendo a 10% da população total.

O número global de alunos tende a ser cada vez menor, o que implica que a estruturação da oferta tenha em conta a perspetiva de pelo menos metade dos alunos do secundário estejam em percursos qualificantes, o que passa pela adoção de medidas que concorram para que os alunos que frequentam o terceiro ciclo, em particular o 9º ano de escolaridade, sejam devidamente informados e orientados em função dos seus centros de interesse vocacionais, permitindo escolhas conscientes sobre o percurso a seguir.

Nestas três décadas e meia, particularmente nas regiões marcadas pela interioridade, as escolas profissionais têm sido, na generalidade dos casos, agentes de transformação, verdadeiros motores da economia e elevadores sociais de muitas camadas da população que, de outra forma, passariam ao lado dos desafios do progresso económico e social.

### **3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2025**

Considerando o diagnóstico estratégico e as condições em que se tem desenvolvido a atividade das escolas profissionais nos últimos anos, em 2025 devemos considerar os principais desafios com que nos iremos defrontar e encontrar as respostas e soluções mais adequadas:

- a) **Planeamento da rede de oferta formativa para o ano letivo 2025/2026** – O propósito enunciado pelo atual governo de antecipar significativamente a preparação do próximo ano letivo e a aprovação da rede de oferta, implica a mobilização e consciencialização das escolas logo no início do ano;
- b) **Informação, divulgação e promoção do ensino profissional** – A referida antecipação do calendário tem subjacente a perspetiva de os responsáveis da educação, bem como as escolas profissionais façam um investimento significativo na divulgação da rede, devendo a ANESPO tomar a iniciativa de lançar também uma campanha de comunicação que contribua para promover as potencialidades do ensino profissional e incentivar a maior atratividade de alunos para esta via, aproximando assim do objetivo de abranger metade dos alunos no secundário em percursos de dupla certificação;
- c) **Estabilização do sistema de financiamento nos territórios com FSE** – Considerando a situação herdada no final de 2024, é fundamental contribuir para a construção de um sistema fiável e que assegure estabilidade e previsibilidade nas transferências, independentemente da perspetiva de fundo que implicará



assegurar no futuro, o financiamento via OE, parte do qual será depois recuperado via FSE;

- d) **Dinâmicas migratórias, acolhimento de alunos estrangeiros e multiculturalismo** – O número crescente de jovens provenientes de outros países que procuram as escolas profissionais, implica manter um edifício estável e coerente no seu enquadramento no sistema educativo, bem como aprofundar trabalho colaborativo, visando uma melhor integração nos objetivos pedagógicos, através da aceitação e da resposta às diferenças e da garantia de formas dignas de acolhimento;
- e) **Modelo pedagógico das escolas profissionais** – Considerando a vontade expressa pela atual equipa governativa da educação de rever dimensões da organização curricular, a ANESPO e as escolas profissionais deverão estar mobilizadas e preparadas para esse desafio e para que sejam salvaguardados os seus interesses e as principais linhas de força do projeto pedagógico desenvolvido ao longo destes 35 anos;
- f) **Enquadramento normativo** – A criação intempestiva e à revelia da ANESPO de um diploma nacional que enquadra o funcionamento e o financiamento das escolas profissionais e dos cursos profissionais e dos CEF quando realizados por entidades privadas, a Portaria 281.B/2023, cheia de erros, incongruências e omissões, implicará que se dê prioridade à sua revisão, tendo como base as propostas já apresentadas por nós ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI);
- g) **Formação contínua de professores, formadores e técnicos** – Considerando que a atualização das competências dos docentes, quadros técnicos e trabalhadores de outras áreas específicas é uma exigência permanente, tendo em conta o grande desafio que teremos pela frente em relação à transição para o novo paradigma do CNQ, o CEFANESPO deverá assumir um papel ativo na organização de ações que vão ao encontro das necessidades das escolas nos domínios pedagógico e gestor;
- h) **Operacionalização dos CTE** – Sendo 2025 o ano chave no processo de construção e conclusão dos CTE, considerando as dificuldades inerentes ao processo, a ANESPO deve manter a linha de trabalho construída junto do MECI no

sentido de contribuir para que os interesses das associadas sejam devidamente acautelados.

## **4 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS**

Tendo em conta a contextualização, o diagnóstico estratégico e os principais desafios, em 2025, serão priorizadas 6 áreas e, dentro delas, enunciamos as principais intervenções específicas:

### **Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais**

A afirmação pública e institucional é uma dimensão que está sempre presente e no centro das preocupações da ANESPO, que é ouvida e respeitada em múltiplos vetores da sociedade. Em 2025, assinalando 35 anos de existência das escolas profissionais ao serviço da educação e das qualificações, deverão ser assumidas iniciativas que permitam maior visibilidade e, simultaneamente, a análise séria, consistente e fundamentada do real contributo desta caminhada até hoje e do valor acrescentado trazido para a sociedade portuguesa.

Do ponto de vista institucional, a ANESPO deverá manter e aprofundar a linha de trabalho que vem mantendo com a equipa do MECI desde as eleições de março de 2024, bem como os organismos que atuam a montante das atividades desenvolvidas pelas escolas profissionais.

Considerando os atuais equilíbrios políticos, a Assembleia da República assume uma nova centralidade, devendo assim manter-se e consolidar-se o trabalho específico junto dos diferentes grupos parlamentares no sentido de dar a conhecer melhor as nossas práticas e problemas.

O trabalho com os governos regionais da Madeira e dos Açores tem permitido a salvaguarda dos interesses das nossas associadas dessas regiões e a realização ou participação em iniciativas de interesse mútuo.

A ANESPO deve continuar a potenciar a sua participação, enquanto espaços de afirmação das escolas profissionais, nas instituições em que tem assento e noutras de que deverá reclamar fazer parte, nomeadamente no âmbito das Comunidades Intermunicipais (CIM) e das áreas metropolitanas.

A participação no Conselho Nacional de Educação, no Conselho Geral da ANQEP, no Comité de Acompanhamento do Pessoas 2030 ou na CS 11 do IPQ – Instituto Português da Qualidade, permite sinalizar e conferir maior visibilidade aos Projetos Educativos e Formativos das Escolas Profissionais.

Deve ser reforçada a participação na Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF), enquanto organização agregadora e representativa dos interesses do conjunto das entidades privadas que prestam serviços de educação e formação, em torno de interesses comuns, com destaque para a contratação coletiva de trabalho.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Preparação de um plano de trabalho nos domínios da comunicação e informação, bem como da análise do impacto do investimento realizado, tendo como pano de fundo os 35 anos de abertura das primeiras escolas profissionais e a qualificação dos primeiros diplomados (2025/2027).				
b. Reafirmação do papel da ANESPO e das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, no continente e nas regiões autónomas, bem como dos diferentes organismos associados à sua gestão e funcionamento.				
c. Participação ativa nos diferentes órgãos consultivos em que a ANESPO tem assento, bem como reclamar a participação noutros, nomeadamente a nível regional.				
d. Participação ativa nas organizações nacionais que a ANESPO integra, nomeadamente a CNEF no domínio das condições de trabalho e da Contratação Coletiva de Trabalho (CCT).				
e. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, nomeadamente através de divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais.				

## **Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento**

Os cursos profissionais foram criados no contexto da integração de Portugal na Europa comunitária, beneficiando dos apoios da política de coesão económica e social, estabelecida no Ato Único Europeu e operacionalizada a partir de 1989.

Desde então, durante 18 anos, as escolas profissionais foram financiadas, através do FSE, nos sucessivos programas operacionais em todo o território nacional. Atualmente, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Algarve têm financiamento exclusivamente nacional, uma vez que não se integram nos critérios de primeira prioridade na atribuição de apoios comunitários.

As regras de funcionamento são ditadas por regulamentação nacional, incluindo a relativa às operações com o apoio do FSE, que cofinancia atualmente cerca de 70% das turmas de cursos profissionais promovidas por entidades privadas.

Para lá do Decreto-Lei 92/2014, que regula o estatuto das escolas profissionais, transversal, não havia nenhum diploma a balizar as condições de funcionamento dos cursos profissionais e dos CEF, quando desenvolvidos por entidades privadas, mas apenas uma portaria apenas aplicável às especificidades dos territórios só com financiamento nacional, neste caso a AML e o Algarve.

Na antecâmara da operacionalização do programa Pessoas 2030, a Comissão Europeia chamou a atenção para esse hiato, tendo as autoridades nacionais adaptado aquele diploma que contextualizava aquela situação específica. O resultado desse trabalho é a Portaria 231-B/2023, feita à pressa, à revelia da ANESPO e das escolas profissionais, cheia de incongruências e inconsistências, criando um quadro uniforme, mas sem ter em devida conta especificidades territoriais quanto ao funcionamento das turmas. Alguns aspetos mais negativos foram de imediato corrigidos com a publicação de nova portaria, mas a ANESPO reclama a sua revisão integral, o ajustamento à realidade atual, tendo já sido entregue ao MECI uma proposta que deverá ser objeto de reuniões de trabalho em 2025, de modo a permitir ter uma nova abordagem no horizonte do ano letivo 2025/2026.

No que respeita ao financiamento, a base continua a ser as tabelas de custos unitários definidas em 2010, que tiveram uma redução de 5% em 2012, no quadro da intervenção da troika, cuja reposição só ocorreu no ano letivo 2023/2024.

A atualização das tabelas que duram há 15 anos é assim um imperativo que irá mobilizar a ANESPO e as escolas profissionais em 2025, considerando que neste horizonte temporal a inflação foi de 25%.

Nas regiões autónomas foi tomada a opção permitida através de ato delegado da Comissão Europeia que permite, no âmbito dos respetivos programas regionais dos fundos comunitários, o financiamento ao aluno e não à turma como se mantém no continente.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Acompanhar a implementação do quadro regulamentar e dos mecanismos de financiamento das ofertas formativas das escolas profissionais reclamando a melhoria das condições financeiras, sem as quais estará em perigo a qualidade das prestações educativas e formativas.				
b. Persistir no processo de revisão da Portaria 231-B/2023, de modo a garantir que produza efeitos no ano letivo 2025/2026.				
c. Acompanhar e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira relacionadas com o funcionamento e a operacionalização do financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões.				
d. Acompanhar e apresentar propostas tendo em vista garantir maior igualdade nas condições de acesso aos cursos profissionais e CEF aos jovens que vivem em regiões de baixa densidade, apostando na melhoria das redes de transportes e no alojamento estudantil.				
e. Reiterar a necessidade de diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, permitindo às EP complementar a formação de nível 4 com formação especializada de nível 5, como os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), a Aprendizagem+ e os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP).				
f. Garantir que sejam clarificadas e estabilizadas as condições de acesso e frequência dos cursos profissionais de alunos oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e demais alunos estrangeiros, no que respeita a apoios sociais e vistos.				

### **Eixo III – Consolidação do projeto pedagógico**

O modelo pedagógico das escolas profissionais é um edificado que se constrói progressivamente há 35 anos, mantendo a matriz inicial, mas sempre ajustável às dinâmicas e situações de contexto, como foi o caso recente da pandemia associada à Covid-19.

Em 2025 é expectável que duas variáveis em processo, CNQ e CTE, possam contribuir de forma significativa para a consolidação do projeto pedagógico das escolas profissionais. De um lado a instalação e operacionalização dos CTE, o que apenas beneficia uma parte, significativa, das escolas, mas deixa muitas sem possibilidade de acesso a apoios para a sua modernização, sem de imediato solução à vista. Do outro, a revisão do CNQ cujo impacto só deverá ter efeito no ano letivo 2026/2027, mas que exige todo um trabalho preparatório da transição, nomeadamente de informação e formação contínua de professores e formadores.

De par com a dinâmica recente de alinhamento das escolas profissionais com o EQAVET, enquanto instrumento para a gestão da qualidade, estas iniciativas em curso poderão contribuir para a otimização do modelo pedagógico e ir ao encontro das preocupações com a melhoria contínua das prestações das escolas.

Enquanto a operacionalização dos CTE assenta em ritmos temporais ditados pelas regras de funcionamento do PRR, colocando grande pressão em 2025, no caso da revisão do CNQ, na perspetiva da sua operacionalização no ano letivo 2026/2027, considerando que a definição da oferta formativa deverá ocorrer logo a partir de janeiro de 2026, vai ser necessário por em funcionamento um dispositivo de informação e formação que permita às nossas associadas interiorizarem as mudanças previstas.

Em síntese, nesta frente de trabalho nuclear, nas condições específicas atuais e dos seus constrangimentos e desafios, a ANESPO e as escolas profissionais deverão continuar a focalizar a sua atenção no aprofundamento do modelo pedagógico, devendo as Jornadas Pedagógicas, a realizar em julho, constituir uma alavanca das dinâmicas em curso.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Afirmação da lógica da inovação pedagógica disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Da potenciação da inovação pedagógica e das virtualidades da estrutura modular e macro modular;</li> <li>• Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em grupo;</li> <li>• Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador,</li> <li>• Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho.</li> </ul>				
b. Desenvolvimento de programa de trabalho, tendo em vista a ampla divulgação das implicações das mudanças no CNQ, bem como construção de um plano de formação destinado a professores e formadores.				
c. Organização, no mês de julho, das jornadas pedagógicas 2025.				
d. Apoio às escolas na concretização dos CTE, procurando contribuir para as melhores soluções e desempenhos, através do diálogo estabelecido com o MECI e com a autoridade de gestão do PRR.				
e. Apoio às escolas no processo de renovação da certificação, com vista à consolidação e aprofundamento dos seus sistemas de qualidade em linha com o EQAVET.				

#### **Eixo IV – Políticas nacionais e objetivos comunitários**

A mobilização dos apoios estruturais da União Europeia, sobretudo, a partir de 1989, com base nos instrumentos da política de coesão, permitiu a Portugal dar saltos qualitativos e quantitativos nas políticas de educação e formação, emprego e inovação, o que permite hoje um conjunto de indicadores relevantes quanto ao cumprimento e superação de metas europeias no domínio da educação, nomeadamente quanto ao abandono escolar precoce e à taxa de conclusão de ensino superior entre os 30 e 34 anos.

As escolas profissionais e os cursos profissionais são particularmente tributários dessa dinâmica, uma vez que foi com o I Quadro Comunitário de Apoio, 1989/1993, que se iniciou esta geração de políticas de educação e formação de jovens, conferentes, simultaneamente, de qualificação profissional e cumprimento da escolaridade obrigatória, atualmente até aos 18 anos.

Nunca será de mais destacar o contributo determinante das escolas profissionais para a redução significativa do abandono escolar precoce, bem como para elevar a qualificação dos empregos em muitos setores de atividade que puderam começar a dispor de jovens bem preparados e motivados.

No momento em que iniciaremos as celebrações dos 35 anos das escolas profissionais, iremos promover iniciativas que tornem bem visíveis o impacto e o valor acrescentado pelas escolas profissionais nas políticas de educação e formação de jovens e adultos e na qualificação da economia portuguesa.

Na hora atual, a combinação de instrumentos de programação e financiamento, em particular o PT2030 e o PRR, fazem com que, até ao final desta década, Portugal disponha de um volume de recursos financeiros nunca antes considerado, próximo dos 60 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de seis mil milhões de euros, por ano.

Abre-se assim a possibilidade de as escolas profissionais alargarem o âmbito de intervenção a outras áreas financiadas por fundos comunitários, tendo como objetivo central dar um significativo impulso à aprendizagem ao longo da vida, através de diferentes medidas, bem como atrair pessoas de países terceiros para as competências de que os países da UE necessitam.

Em 2025 serão dados passos significativos com vista ao desenho do orçamento da União e da afetação de recursos para o ciclo 2028/2034, estando já lançado o debate sobre o futuro da coesão, com o surgimento de propostas no sentido de os apoios serem geridos de forma mais concentrada, mais próximo do modelo PRR, do que através da atomização de centenas de programas, regionais e setoriais. Um processo a acompanhar com particular atenção ao longo de 2025 e seguintes, considerando as implicações diretas na vida e funcionamento das escolas profissionais.

Assim, em 2025, a intervenção da ANESPO deverá focar-se em contribuir para o pleno aproveitamento dos recursos disponibilizados no PT2030, em particular nas intervenções financiadas através do FSE, bem como no sentido de otimizar os recursos do PRR, bem como prestar particular atenção ao debate já lançado sobre o orçamento da União e as suas implicações para Portugal.



ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Continuar a combater o abandono escolar precoce apelando à identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico, assegurando informação e orientação adequada.				
b. Criar estímulos e apoios específicos aos alunos mais desfavorecidos com vista a promover o sucesso educativo e formativo, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de mínimos sociais e a eventual necessidade de mediação social e educacional.				
c. Contribuir para o cumprimento das metas europeias relacionados com as políticas de educação, qualificação, emprego e a inclusão social, persistindo no desígnio de pelo menos 50% dos alunos do secundário estarem em percursos qualificantes.				
d. Contribuir para a operacionalização e otimização dos programas e iniciativas comunitárias, em particular o Programa ERASMUS+, enquanto ferramenta essencial para a mobilidade e o intercâmbio de experiências, acrescentando valor aos projetos educativos e formativos.				

## **Eixo V – Dinâmica associativa**

A concretização dos objetivos constantes do programa de atividades, pressupõe o normal funcionamento da ANESPO, dos seus órgãos, bem como dos serviços e dos seus instrumentos de apoio aos associados e de comunicação interna e com o exterior.

No seu programa eleitoral, a Direção eleita em março de 2024 colocou como um dos objetivos primordiais o reforço do apoio aos sócios, tendo de imediato tomado medidas no sentido de assegurar suporte técnico-jurídico em todos os procedimentos associados à implementação dos instrumentos coletivos de regulação de trabalho, negociados e acordados com as estruturas sindicais.

Outra das prioridades definidas, assenta na realização de trabalho de maior proximidade com as escolas a nível regional, devendo os Secretariados Regionais e o VP para a região preparar um plano de trabalho que consolide essa ideia sufragada.

A mobilização das dinâmicas associativas implicará dar sequência aos ciclos de realização das Assembleia Regionais, programar novos périplos pelas escolas, envolvendo stakeholders relevantes e realizar as reuniões regulares das Assembleias

Gerais previstas nos Estatutos ou extraordinárias, nos casos em que as circunstâncias o justifiquem.

Ainda no plano interno, tendo como objetivo apoiar a Direção no desenho de estratégias de médio e longo prazos, foi criado o Conselho Científico-Estratégico (CCE), constituído por personalidades de reconhecido mérito, que contribui para aprofundar as reflexões sobre as necessidades de qualificação, atuais e emergente, as estratégias educacionais inovadoras e sobre as mais recentes evoluções tecnológicas e organizacionais, que importa acompanhar. Sendo um órgão social, nos termos dos estatutos, deverá ter um mandato equivalente ao dos restantes, tendo na primeira reunião, realizada em 22 de novembro de 2024, eleito José Luis Presa, como Presidente, sob proposta da Direção da ANESPO.

A ANESPO deverá continuar a potenciar a sua participação na CNEF e na Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) no sentido de encontrar forma de veicular as suas análises e propostas que entram nesse chão comum, bem como potenciar essa pertença para formas de intervenção complementar na defesa dos direitos dos associados, nomeadamente no domínio do diálogo social, nacional ou setorial, bem como nos domínios técnico-jurídico, estudos e projetos de investigação.

No mesmo sentido, deve ser canalizado o envolvimento cada vez maior nas atividades das organizações internacionais, como o European Forum of Technical and Vocational Education and Training (EfVET) e a European Federation of Education Employers (EFEE).

No caso do EfVET, que tem um número crescente de associados portugueses, para lá da ANESPO e de várias escolas profissionais, teremos o privilégio de acolher em Portugal, pela quinta vez em trinta anos, a Conferência anual, a realizar em outubro, em Fátima, tendo como anfitriã a nossa associada INSIGNARE, apoiada por todas as outras entidades nacionais associadas desta organização europeia.

A Direção do EfVET pôs nas mãos dos anfitriões e das associadas portuguesas a responsabilidade de criar condições para acolher mais de quatrocentos participantes de toda a Europa e, crescentemente de outros continentes, na conferência de 2025, número nunca antes alcançado, depois de na conferência realizada em 2019 em Ponta Delgada, com o apoio da ANESPO e das escolas profissionais da região, se ter pela primeira vez ultrapassado a meta dos 300 participantes.

No que respeita à EFEE, a participação da ANESPO é realizada no âmbito da CNEF, estando em curso diferentes projetos, permitindo abrir a porta para a participação nas instâncias do diálogo social europeu nos domínios da educação.

Na interface entre as iniciativas da União Europeia e a sua expressão em Portugal, a ANESPO deve aprofundar o trabalho colaborativo que tem vindo a desenvolver com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSVET) e da sua antena nacional enquanto ponto focal, a Autoridade Nacional para as Condições de Trabalho (ACT), nomeadamente no âmbito do projeto OSHVET que tem como objetivo aumentar a sensibilidade sobre estas problemáticas entre professores e alunos do ensino profissional.

Finalmente, a ANESPO deve continuar a desenvolver outras atividades de interesse comum e em benefício das associadas, como o Projeto LED@ESCOLAS, apresentado pela ANESPO à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), no quadro das medidas de eficiência energética, que beneficiou 25 escolas e colégios em 2024 e de deverá haver nova fase em 2025, permitindo ajudar algumas dezenas de associadas a trocar lâmpadas incandescentes por LED de menor consumo, em condições particularmente vantajosas.

De uma forma geral, a ANESPO deverá continuar a promover iniciativas que permitam aprofundar temáticas essenciais da vida e do funcionamento das escolas e garantir meios e instrumentos que permitam apoiar a atividade quotidiana das suas associadas.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Assegurar o regular funcionamento dos órgãos sociais, colocando particular enfoque no estreitamento do trabalho de proximidade a nível regional				
b. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO para contribuírem com oferta formativa adequada às exigências atuais em diversos domínios como a revisão do CNQ e competências transversais e gestionárias.				
c. Continuar a participar ativamente na CNEF, enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.				
d. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.				
e. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, alargando a carteira de oferta de serviços.				
f. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação, nomeadamente através de iniciativas de interesse comum.				
g. Dinamizar a atividade do Conselho Científico-Estratégico, com a realização de pelo menos duas reuniões, uma em cada semestre de 2025.				
h. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO no EFVET e na EFEE, nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.				

## **Eixo VI - Projetos e parcerias transnacionais**

No que respeita aos projetos transnacionais, em 2025 a ANESPO deverá estar atenta às oportunidades abertas pelo programa ERASMUS + e outros programas de iniciativa comunitária.

A ANESPO deverá estar aberta ao estabelecimento de novas parcerias em projetos onde possa surgir como promotor ou parceiro, decisão a tomar em função da avaliação prévia das propostas, potenciando conhecimentos e experiências e otimizando recursos.

Em 2025 deverá ser dada continuidade ao projeto GREENCOMP4HOSTS, iniciado em 2024 e em que pela primeira vez a ANESPO assume a coordenação de um projeto ERASMUS+, K2.

A ANESPO e as escolas profissionais deverão potenciar a aproximação crescente com organizações regionais, como a HETEL do País Basco ou o SN2D de França no sentido de obter vantagens mútuas na organização de parcerias, tanto no domínio das mobilidades como do aprofundamento dos projetos pedagógicos.

Importa ainda dar continuidade a contactos institucionais e diplomáticos com a generalidade dos países de língua portuguesa, para equacionar propostas de cooperação ou outras iniciativas que abram espaço à intervenção da ANESPO e das escolas profissionais, potenciando os resultados do projeto SAAM, bem como a participação no Grupo de Trabalho do Ensino Técnico Profissionalizante da CPLP.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Assegurar formas de divulgação junto das associadas das potencialidades do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.				
b. Dar continuidade aos projetos em curso ou em fase de aprovação, bem como equacionar a constituição de novas parcerias de interesse mútuo a nível europeu.				
c. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa, através de programas comunitários e da participação em projetos ou no GT do Ensino Técnico Profissionalizante na perspetiva de que abrir horizontes para novos enquadramentos nas relações com os países da CPLP.				
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer na cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros.				

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Plano de Atividades e Orçamento é elaborado tendo em conta uma análise diagnóstica multivariada de realidades e contextos, a diferentes escalas, que direta e indiretamente possam influenciar e condicionar os nossos propósitos, objetivos e resultados esperados, tendo em conta dinâmicas e projetos a desenvolver pelas escolas profissionais ancorados nos seus Projetos Educativos.

Creemos, com moderado otimismo, que ao longo de 2025 não ocorram momentos e situações de turbulência e instabilidade no panorama político nacional, muito particularmente em termos de política educativa e seus desígnios maiores no que se refere ao ensino e às escolas profissionais.

Este nosso desejo é resultado também dos progressos verificados, nos últimos tempos na relação de trabalho com o MECI, conducente ao desbloqueamento de questões processuais importantes em termos de funcionamento, bem como de abertura quanto ao financiamento, dimensões há anos reivindicadas pelas escolas profissionais, através da ANESPO, em sede de negociação/concertação.

Espera-se que a consolidação da economia e do emprego seja uma realidade e que as escolas profissionais se afirmem como atores indispensáveis para desenvolvimento regional e para a promoção da coesão e inclusão social e territorial.

Passados 35 anos, as escolas profissionais vão continuar na linha da frente em matéria de qualificação dos jovens e adultos, de criação de emprego qualificado, contribuindo para a execução das metas nacionais e da União Europeia, em particular quanto a jovens em idade escolar integrados em percursos qualificantes.

O tempo provou que não nos falta o engenho e arte de que falava Camões, assim sejam asseguradas as necessárias condições para continuarmos em frente de forma decidida nesta caminhada que nos dignifica e honra.

## **7- ORÇAMENTO PARA 2025**

### **PRESSUPOSTOS**

A Direção da ANESPO, em 2025, deverá manter a linha de orientação estratégica no sentido de desenvolver as ações previstas com o mínimo de gastos e a obtenção do máximo possível de receitas.

Nas condições atuais que condicionam as atividades de todas as organizações, a ANESPO deverá mais do que nunca recorrer a instrumentos de planeamento e de execução do Plano de Atividades e adotar medidas de controlo de gestão, otimização de receitas e contenção de custos.

O Mapa de Exploração Previsional que apresentamos a seguir contém informação sobre os rendimentos que se espera obter e os gastos previsíveis.

### **RENDIMENTOS**

A ANESPO para atingir as metas que se propôs, prevê um total de rendimentos na ordem de 894 800 euros.

No que respeita aos rendimentos, sublinhe-se que o orçamento é feito na base da previsão de manutenção do mesmo valor de referência quanto às quotizações dos associados.

Prevê-se a realização de Jornadas Pedagógicas bem como a elaboração de um estudo sobre o Ensino Profissional.

Os subsídios à exploração para o ano 2025 decorrem dos projetos, em concreto:

LED @ escolas – ERSE ..... 205.000€

Projetos Erasmus: um a decorrer e previsão de candidatura a dois idênticos ..... 450.000€



## **GASTOS**

No respeito pelo princípio da coerência e da gestão rigorosa apostamos na prudência e continuidade na elaboração deste orçamento.

Assim, os gastos previstos para execução deste orçamento, são os estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos.

### **Fornecimentos e serviços externos**

- Trabalhos especializados e Honorários

Estes gastos resultam essencialmente dos serviços prestados à execução dos projetos, assessoria jurídica, serviços informáticos e outros necessários à atividade da associação.

- Vigilância e segurança

Gastos com o condomínio e extintores.

- Conservação e reparação

Gastos com conservação do edifício e a viatura

- Energia e fluidos

Gastos com eletricidade, água e combustíveis

- Deslocações e estadas

Gastos com viagens, alojamento, principalmente ao estrangeiro no âmbito dos projetos Erasmus e portagens

- Comunicações

Gastos com internet, telefone, telemóveis e correio

- Seguros

Gastos com seguros multirrisco do edifício, automóvel

- Outros

Gastos com contencioso e notariado, despesas representação

### **Gastos com o pessoal**

Encargos com remunerações de quatro pessoas ao serviço da associação, bem como respetivo subsídio de alimentação.

Encargos com a segurança social, seguro de acidentes de trabalho, encargos com medicina, higiene e segurança com trabalho, saúde Multicare.

Previsão de aumentos salariais na ordem de 3,75%

### **Gastos de depreciações e de amortizações**

As depreciações referem-se aos ativos fixos, principalmente o edifício e viatura.

### **Outros gastos e perdas**

Inclui os impostos, nomeadamente o IUC, IMI, imposto de selo e quotizações para CCP, EFVET e CNEF.

### **CONCLUSÃO**

Na elaboração do orçamento, tivemos como preocupação conciliar as perspetivas em termos de receitas e despesas, considerando a conjuntura difícil em que as escolas se movem, tanto em termos nacionais como europeus.

Para a execução deste orçamento prevemos rendimentos no total de 894 800 euros e gastos num total de 851 547 euros originando um resultado positivo no valor de 43 254 euros.

A gestão eficaz e eficiente do património coletivo da nossa Associação é a nossa principal preocupação e deverá nortear a execução orçamental.

## 8 - MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2025

RENDIMENTOS			
C. ESNL	Descrição	ANESPO	peso
<b>72</b>	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>232 000 €</b>	<b>25,93%</b>
	Quotas dos associados	172 000 €	
	Jornadas pedagógicas	10 000 €	
	Estudo Ensino Profissional	50 000 €	
<b>75</b>	<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>655 000 €</b>	<b>73,20%</b>
	LED@escolas	205 000 €	
	Projeto GreenComp4Hosts 2024_2025	50 000 €	
	Projeto GreenComp4Hosts 2025_2026	400 000 €	
<b>79</b>	<b>RENDIMENTOS E GANHOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>7 800 €</b>	<b>0,87%</b>
	Juros obtidos	7 800 €	
	<b>Total Rendimentos</b>	<b>894 800 €</b>	<b>100,00%</b>
GASTOS			
<b>62</b>	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>690 688 €</b>	<b>77,19%</b>
	Trabalhos especializados	20 000 €	
	Trabalhos especializados Celebração 35Anos	10 000 €	
	Trabalhos especializados Estudo Ensino Profissional	35 000 €	
	Trabalhos especializados LED@escolas	174 250 €	
	Trabalhos especializados Projetos GreenComp	360 000 €	
	Vigilância e segurança	1 080 €	
	Honorários	30 000 €	
	jornadas pedagógicas	10 000 €	
	Serviços bancários	500 €	
	Conservação e reparação	7 500 €	
	Material de escritório	1 750 €	
	Energia e fluidos	6 500 €	
	Deslocações e estadias	20 000 €	
	Comunicações	9 300 €	
	Seguros	1 500 €	
	Limpeza e higiene	1 200 €	
	outros	2 108 €	
<b>63</b>	<b>GASTOS C/ PESSOAL</b>	<b>130 859 €</b>	<b>14,62%</b>
	Remunerações	108 533 €	
	Encargos s/ remunerações	19 910 €	
	Outros encargos	2 416 €	
<b>64</b>	<b>GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>22 500 €</b>	<b>2,51%</b>
<b>68</b>	<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>7 500 €</b>	<b>0,84%</b>
	<b>Total Gastos</b>	<b>851 547 €</b>	<b>95,17%</b>
<b>81</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>43 254 €</b>	<b>4,83%</b>

